



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

O DISCURSO ANTIRRACISTA NOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS: reflexões sobre concepções e práticas escolares

HUGO DE SOUZA LIMA DE OLIVEIRA ¹

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA/UESB

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar como os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das escolas públicas dos anos iniciais do ensino fundamental do município de Barro Preto-BA, incorporam o discurso antirracista em suas concepções e práticas pedagógicas. A pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou a análise documental como técnica metodológica, tendo como fonte principal os próprios PPPs. Referenciando autores como Gomes (2010, 2011), Cavalleiro (2001), Munanga (2005) e Candau (2020), que contribuem para uma compreensão crítica das relações étnico-raciais na educação. A partir da investigação, observou-se que, embora os documentos apresentem diretrizes que valorizam a diversidade cultural e promovam o respeito às identidades étnico-raciais, não há uma abordagem explícita sobre o combate ao racismo, nem menções diretas à educação antirracista. Os resultados apontam para a necessidade de fortalecer os PPPs como instrumentos políticos e pedagógicos capazes de enfrentar o racismo estrutural, promovendo a equidade racial no ambiente escolar. Conclui-se que a construção de uma educação verdadeiramente antirracista demanda ações intencionais, permanentes e articuladas à formação docente, à gestão escolar e ao currículo.

Palavras-chave: Educação Antirracista; Projeto Político-Pedagógico.

Introdução

O combate ao racismo na educação exige o reconhecimento de suas manifestações históricas, estruturais e simbólicas. Conforme aponta Gomes (2010), o racismo no Brasil opera de forma ambígua, sendo negado no discurso, mas presente nas práticas sociais e institucionais. Essa contradição impõe desafios à construção de políticas educacionais que promovam a equidade racial. Nesse contexto, é imprescindível que a escola, por meio de seus documentos orientadores, como o Projeto Político Pedagógico (PPP), assumam uma postura crítica e antirracista.

Santos (2018) problematiza a ideia de democracia racial no Brasil, evidenciando que se trata de uma construção amplamente difundida no imaginário social. Segundo a autora, essa concepção baseia-se na crença de que as interações étnico-raciais no país ocorrem de forma pacífica, igualitária e desprovida de tensões, promovendo a falsa noção de convivência

¹ Graduação em Pedagogia (FAEM) e História (UESB). Mestrando em Ensino pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Vitória da Conquista/BA. Coordenador Pedagógico da Escola Municipal Domingos Chaves em Barro Preto/BA. E-mail: hugolimaa@yahoo.com.br



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

harmoniosa entre brancos e negros, sustentada na suposta inexistência de práticas discriminatórias.

Longe de refletir um cenário de equidade, o país carrega profundas desigualdades históricas, sociais e culturais que impactam de maneira mais severa a população negra, conforme os estudos de Gomes (2010, 2011), Munanga (2005) e Cavalleiro (2001), e que são frequentemente marginalizada no acesso a direitos fundamentais que garantem o pleno desenvolvimento dos indivíduos.

Dessa forma, para construção do PPP, a educação antirracista deve ser compreendida como uma ação pedagógica fundamental para a promoção da equidade racial nas unidades escolares. Essa inclusão não pode se restringir a conteúdos pontuais, mas deve reconhecer a centralidade do processo de construção da identidade racial dos sujeitos negros, valorizando suas histórias, culturas, vivências e buscando erradicar o racismo, o preconceito e as práticas discriminatórias que ainda persistem nos espaços escolares.

Dentro dessa perspectiva, Vasconcellos (2009) aponta que o PPP tem como propósito central resgatar a intencionalidade das ações educativas, aspecto que caracteriza profundamente a natureza humana. Além disso, o autor destaca que o PPP contribui para a resignificação do trabalho docente, ajudando a enfrentar a falta de sentido que por vezes atravessa o cotidiano escolar.

Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar de que forma os PPPs orientam a construção (ou não) de práticas pedagógicas antirracistas nas escolas dos anos iniciais do ensino fundamental. O recorte apresentado faz parte da pesquisa de Mestrado em Ensino, que se encontra em andamento, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGen/UESB), Campus de Vitória da Conquista-BA.

Caminhos Metodológicos da Pesquisa

Para realização desta pesquisa, foi utilizada a abordagem de natureza qualitativa, pois segundo Minayo (2009) adaptam-se melhor as investigações de grupos e segmentos específicos, no estudo das trajetórias sociais a partir da perspectiva dos próprios envolvidos, à análise de relações, de discursos e documentos. A técnica utilizada neste trabalho foi a análise documental, conforme Marconi e Lakatos (1992), caracteriza-se pelo uso de documentos como principal base para a coleta de dados, os quais são considerados fontes primárias.

No presente estudo, a fonte primária adotada foram os PPPs de 02 (duas) escolas públicas do anos iniciais do ensino fundamental do município de Barro Preto-Bahia.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Análise dos Projetos Políticos Pedagógicos

O PPP da Escola Municipal Girassol e da Escola Municipal Margarida², foram elaborados em 2022, alinhados às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Referencial Curricular Municipal do Ensino Fundamental de Barro Preto/BA. Ambos os documentos foram construídos com a participação dos professores, alunos, coordenadores pedagógicos, gestores e comunidade local.

A seguir detalhamos como os referidos documentos abordam as seguintes questões: Práticas Pedagógicas; Relações Étnico-Raciais; Educação Antirracistas e Ações de Combate ao Racismo.

Práticas Pedagógicas

Os PPPs consideram fundamental que a docência vá além da aplicação de métodos e conteúdos previamente definidos, exigindo uma postura crítica e reflexiva por parte dos educadores. Mas não deixam claro, como seria o processo de construção do conhecimento por parte dos professores para com seus alunos, como também não foi possível compreender o papel do professor e o que precisa ser considerado em sua prática pedagógica.

Nesse sentido, Franco (2016) defende uma prática pedagógica pautada na “epistemologia do conceito”, que compreende a construção do conhecimento como um processo dialético, em que o saber não é apenas transmitido, mas elaborado na relação entre sujeito e objeto. Para a autora, a docência precisa ser compreendida como um trabalho que envolve intencionalidade, sensibilidade e compromisso com a formação integral do sujeito.

Cavalleiro (2001), alerta para a necessidade de uma prática docente antirracista, que reconheça e combata as formas sutis e explícitas de discriminação racial presentes no cotidiano escolar. Ela enfatiza que o professor deve assumir uma postura comprometida com a equidade racial, por meio de práticas que valorizem a história e a cultura afro-brasileira e indígena, conforme previsto na Lei nº 10.639/03.

Relações Étnico-Raciais

Os documentos mencionam sobre a importância de ações que promovam o respeito às diversidades étnico-raciais, destacando a necessidade de valorizar a pluralidade cultural e de desconstruir o racismo, promovendo a inclusão e o reconhecimento das identidades étnico-raciais

² Como forma de garantir o anonimato das escolas, essa pesquisa utilizou o nome de rosas para substituir seus nomes verdadeiros.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

no ambiente escolar. Essas ações estão alinhadas às orientações da legislação brasileira que trata da valorização da diversidade étnico-racial, incluindo a Lei 10.639/2003.

As ações pontuadas no PPP estão em consonância com as reflexões de Munanga (2005), que enfatiza a necessidade de superar a invisibilização das contribuições africanas e afro-brasileiras na escola, pois o silenciamento institucionalizado reforça o racismo e compromete a identidade de estudantes negros. Porém, Gomes (2010) reforça que não se trata apenas de incluir conteúdos afro-brasileiros no currículo, mas de realizar uma revisão crítica da escola enquanto espaço que deve legitimar os saberes e histórias das populações negras.

Educação Antirracista

Embora os documentos não utilizem explicitamente o termo "educação antirracista", eles reforçam princípios que orientam uma prática pedagógica inclusiva, valorizando a diversidade e promovendo o respeito às identidades culturais, se aproximando do que Candau (2020) define como educação intercultural crítica, ou seja, uma educação que reconhece as desigualdades históricas e busca transformá-las por meio de práticas reflexivas, dialógicas e emancipatórias.

Para Gomes (2011), a educação antirracista se constitui como um processo político-pedagógico que visa desconstruir os fundamentos do racismo e afirmar a identidade negra como parte constitutiva da história e cultura nacional. Portanto, ao abordar a diversidade e o respeito às diferenças culturais, os PPPs demonstram uma postura alinhada com essas concepções, mesmo que de forma implícita.

Ações de Combate ao Racismo

Foi analisado que não existe uma menção direta ao combate ao racismo em termos específicos. Entretanto, há passagens nos PPPs, que indicam uma preocupação com a valorização da diversidade, a promoção de uma educação humanizada e a necessidade de uma prática pedagógica que respeite as diferenças culturais, o que são fundamentos importantes para uma postura antirracista. Nas entrelinhas, o documento reforça que a escola deve trabalhar para combater qualquer forma de preconceito, promovendo uma cultura de respeito às diferenças, contribuindo assim para a formação de um cidadão crítico e plural.

No entanto, é fundamental reconhecer que, combater o racismo no ambiente escolar exige ações concretas e políticas educacionais comprometidas com a equidade racial. Gomes (2011) enfatiza que o combate ao racismo não pode se limitar a datas comemorativas ou atividades pontuais, mas deve ser estruturado como um princípio pedagógico permanente, atravessando o



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

currículo, a gestão escolar e a formação docente. Assim, uma postura verdadeiramente antirracista implica revisar conteúdos, metodologias e relações no cotidiano escolar, com vistas à construção de uma escola democrática e inclusiva.

Considerações Finais

A partir da análise dos PPPs, foi possível perceber a incorporação de discursos que valorizam a diversidade étnico-racial e apontam para a necessidade de práticas pedagógicas mais inclusivas. Contudo, mesmo diante da presença de princípios alinhados à uma educação antirracista, nota-se que essas diretrizes aparecem, em grande parte, de forma implícita e não sistematizada. A ausência de menções diretas ao racismo e à sua superação indica uma lacuna entre o discurso antirracista e a prática pedagógica cotidiana. Essa constatação reforça a urgência de ações intencionais, permanentes e críticas no campo da formação docente e da gestão escolar.

Diante disso, é imprescindível que os PPPs sejam revistos e fortalecidos como instrumentos de combate ao racismo estrutural, assumindo o compromisso com uma educação que promova a equidade e a justiça social. Para tanto, é necessário que esses documentos expressem com clareza diretrizes antirracistas, pautadas em políticas educacionais que considerem a centralidade das relações étnico-raciais na construção da identidade dos sujeitos. Espera-se que as escolas avancem na direção de práticas pedagógicas antirracistas, que contribuam para a formação de sujeitos críticos, conscientes e comprometidos com a transformação social.

Referências

BRASIL, **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm
Acesso em: 13 maio. 2025.

CANDAU, Vera Maria. **Diferenças, educação intercultural e decolonialidade**: temas insurgentes. Revista Espaço do Currículo, João Pessoa, v. 13, p. 678-86, 2020.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001, p. 141-160.

FRANCO, Maria Amélia do Rosario Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/m6qBLvmHnCdR7RQjJVspzTq/?format=pdf&lang=pt> .

Acesso em: 18 jul. 2025.

GOMES, Nilma Lino. **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. In: FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexsandra Borges (Orgs.). **Relações Étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4. ed. p. 43 e 44.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MUNANGA, Kagengele (Org). **Superando o Racismo na escola**. 2ª ed. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, Nadia Farias dos. **Entre saberes e fazeres docentes: o ensino das Relações Étnico-Raciais no cotidiano escolar**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

VASCONCELLOS, Celso Sousa. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2009.